

CURRÍCULO ESCOLAR

Uma visão histórica da evolução do conceito de Currículo Escolar

Arlindo Nascimento Rocha

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4300114T0>

Blogs:

Filosofia: <http://blaisepascalogenio.blogspot.com.br/>

Educação: <http://docenteinovador.blogspot.com.br/>

“Quando questões fundamentais de currículo não são dirigidas por educadores, os caprichos econômicos ou políticos formam o caminho e as práticas educacionais são governadas à revelia.” (Schubert, 1986, p.1)

Resumo

O currículo escolar é a base para o planejamento da prática pedagógica, dos professores, como também o compromisso para com os alunos, por isso, torna-se necessário investigar e refletir sobre questões de natureza teórica que norteiam a construção de um determinado currículo escolar.

Meu objetivo com esse trabalho é fazer uma investigação sobre o Currículo Escolar e suas principais perspectivas traçando um panorama histórico, e as várias facetas que se manifestaram na escola e no processo de ensino-aprendizagem ao longo dos anos, bem como o reflexo na construção da cidadania.

Conceito de currículo

Objetivando uma possível definição do conceito “Currículo”, constata-se que não existe unanimidade no que tange a uma definição objetiva de termo. Vários estudiosos, como Silva (2000, 2001, 2007), Moreira (2001), Kelly (1981) Goodlad (1979), Yamamoto e Romeu (1983), Gimênio Sacristán (2000) entre outros, já identificaram cerca de trinta definições diferentes, cada uma, comprometida ou não com sua época, corrente pedagógica ou teoria de aprendizagem.

Normalmente, a expressão Currículo é usada para designar o programa de uma disciplina, conjunto de atividades educativas, as metodologias e os materiais usados no processo ensino-aprendizagem. No entanto, a reflexão para melhor entender objetivamente o que venha a ser currículo, implica investigar suas diferentes dimensões: social, política, econômica e cultural para melhor entender as forças diversas oriundas de cada contexto histórico, que influenciaram o processo de desenvolvimento curricular como um território amplamente contestado.

Historicamente, o termo currículo foi encontrado em registros do século XVII, sempre relacionado a um projeto de controle do ensino e da aprendizagem, ou seja, da atividade prática da escola. Desde os seus primórdios, currículo envolvia uma associação entre o conceito de ordem e método, caracterizando-se como um instrumento facilitador da administração escolar.

Atualmente, currículo é considerado como um conjunto de experiências, vivências e atividades na escola convergentes para objetivos educacionais, e, por isso, estas devem ser trabalhadas de forma inter-e-transdisciplinar por forma a facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, uma vez que, segundo BORSA, 2007 p. 02, *“é na Escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nela adquirem-se os modelos de aprendizagem, a aquisição de princípios éticos e morais que permeiam a sociedade; na Escola depositam-se expectativas, bem como as dúvidas, inseguranças e perspectivas em relação ao futuro e às suas próprias potencialidades”*.

O currículo pode ser interpretado sob duas perspectivas complementares, não excludentes, em que cada um está de acordo com o nível de abrangência. Sendo assim, o currículo pode ser visto em seu sentido amplo e restrito. Segundo Samuel Rocha Barros (op. cit., p. 170-1), em sentido amplo o *“currículo escolar abrange todas as experiências escolares.”* Na obra aparecem várias definições, tais como: *“é a totalidade das experiências de aprendizagem planejadas e patrocinadas pela escola”* (Jameson-Hicks), *“são todas as experiências dos alunos, que são aceitas pela escola como responsabilidade própria”* (Ragan), *“são todas as atividades através das quais o aluno aprende”* (Hounston), e, em sentido restrito *“o currículo escolar é o conjunto de matérias a serem ministradas em determinado curso ou grau de ensino.”* Neste sentido, o currículo abrange dois outros conceitos importantes: o de plano de estudos *“lista de matérias que devem ser ensinada em cada grau ou ano escolar”* e o de programa de ensino *“relação dos conteúdos correspondentes a cada matéria”*.

Geralmente, o currículo tem como finalidade a construção da identidade dos alunos na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. Além de ensinar ou transmitir de forma passiva um determinado conteúdo, deve aguçar a capacidade reflexiva, a criticidade e as potencialidades, dos alunos em face de uma realidade passível de ser transformada mediante a intervenção dos mesmos. Por isso torna-se necessário entender as teorias que sempre nortearam a definição de um determinado currículo, em função dos objetivos a serem atingidos.

Inicialmente, as teorias do currículo visavam responder as seguintes questões: qual o conhecimento que deve ser ensinado? O que os alunos devem saber? Qual conhecimento é importante para ser considerado parte do currículo? Por isso, ao longo da história as teorias do currículo foram vistas sob diferentes perspectivas: teorias tradicionais, teorias críticas e pós-críticas, diferenciando-se pela ênfase que dão à natureza da aprendizagem, do conhecimento, da cultura, da política, ou seja, da sociedade como um todo.

Surgimento e evolução da teoria curricular

A teoria tradicional surgiu nos Estados Unidos com o objetivo de preparar o aluno para aquisição de habilidades intelectuais através de práticas de memorização e tem como base a tendência conservadora, baseada nos princípios de Taylor, que igualava o sistema educacional ao modelo organizacional e administrativo das empresas. O conhecimento é concebido como algo estático e objetivo, e o professor cumpre o papel de transmiti-lo. O aluno, por sua vez, é visto como um receptor passivo desse conteúdo transformado em objetos de ensino que são os saberes privilegiados pelo contexto sociocultural da classe dominante, ignorando-se a cultura dos grupos minoritários. Resumindo, o currículo aparece como um conjunto de objetivos específicos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que deverão poder ser medidos.

A teoria crítica afirma que não existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder, o foco desloca-se para as questões de ideologia, saber e poder, que se julga ser disseminadas pela escola. Paulo Freire influenciou de maneira significativa vários autores críticos que tratavam de perspectivas curriculares, através de sua obra *Pedagogia do Oprimido*, onde ele propõe uma pedagogia com uma nova forma de relacionamento entre professor, estudante, e sociedade, e, enfatiza que se deve trabalhar a teoria dialógica, contrária à manipulação das classes menos favorecidas pelas "culturas", através dos meios de comunicação. A população em si precisa ser conduzida ao diálogo, canal este de libertação da harmoniosa opressão imperante. Nesse sentido, o currículo é um local onde ativamente se produzem e criam significados sociais.

Por último, a visão pós-crítica de currículo vem ampliar e modificar alguns conceitos da perspectiva crítica, valorizando assim o multiculturalismo com destaque pela diversidade das manifestações culturais do mundo atual. Nesse sentido surgem os conceitos de currículos abertos e dinâmicos. A valorização do multiculturalismo funciona como estratégia política que tenta minimizar conflitos e desigualdades sociais relacionando-os a diferenças culturais, que, por sua vez, estão ligadas historicamente à distribuição desigual da riqueza e do poder político em todas as sociedades modernas.

Com efeito, o currículo pós-crítico enfatiza competências e habilidades, e rejeita-se o currículo linear, sequencial, estático e sistematizado em troca de um currículo marcado pela indeterminação e incerteza, visto que o *“significado é cultural e socialmente produzido”* (Silva, 2007, p. 123).

É inegável que a sociedade atual exige das escolas a formação do aluno participativo, reflexivo, crítico e criativo capaz de operacionalizar as competências e as habilidades adquiridas durante o processo de ensino-aprendizagem, no entanto, é preciso enfatizar que, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também, segundo HORNBERG e SILVA, 2007, p.1 *“questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos”*.

A escola moderna encontra-se ainda muito ligada com as correntes tradicionais de ensino, por isso, muitos professores compactuam com a ideia de que se deve ocupar da transmissão/assimilação/construção do conhecimento. Em parte, isso é verdade, na medida em que a especificidade da escola é o trato com o conhecimento. No entanto, o conhecimento é apenas uma das facetas da cultura construída e reconstruída no ambiente escolar. Então, a escolha de um determinado padrão cultural na seleção de conteúdos para um dado currículo expressa uma valorização desse padrão em detrimento de outros. É verdade que, todo currículo é um processo de seleção, de decisões acerca do que será e do que não será legitimado pela escola. A existência um conjunto de culturas negadas pelo currículo cria nos alunos pertencentes a essas culturas um sentimento de alijamento do que é socialmente aceito.

Criticas as teorias curriculares

As primeiras críticas à visão tradicional de currículo surgem na década de 60, em meio aos movimentos sociais e culturais. Um dos motivos da crítica é o fato da visão tradicional de currículo apresentar-se “neutra”, como um saber desvinculado das relações de poder e colocar-se como o saber legítimo, universal, do interesse da humanidade como um todo indistinto. Não tem preocupações em questionar os

arranjos sociais ou educacionais vinculados à estrutura social, fomentando a aceitação, ajuste e a adaptação.

Já a visão crítica de currículo questiona as desigualdades provocadas pela visão tradicional no sistema de ensino, já que estas não questionam o conhecimento em si, apenas valorizam o mecanismo de eficácia da reprodução desse conhecimento. Desloca a ênfase dos conceitos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem para conceitos ideológicos.

De acordo com a visão crítica do currículo, a sociedade capitalista utiliza a educação para a reprodução de sua ideologia. É pelo currículo que veicula a sua ideologia, por meio, não propriamente do conteúdo explícito de suas disciplinas, mas ao privilegiar relações sociais nas quais, dominantes e subordinados, aprendem a praticar os seus papéis. Assim, as escolas reproduzem os aspectos necessários para a sociedade capitalista: trabalhadores adequados a cada necessidade dos locais de trabalho; líderes para cargos de chefia e líderes obedientes e subordinados para os cargos de produção. O currículo da escola está baseado na cultura dominante. Ele se expressa na linguagem dominante, é transmitido através do código cultural dominante. As classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda sua vida elas estiveram nele imersas. Para as classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Ainda, nessa visão, não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita e praticada e, por isso, digna de ser transmitida às futuras gerações através do currículo. A cultura é vista menos como uma coisa e mais como um campo e terreno de luta. A cultura é o terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de vida social, é aquilo pelo qual se luta.

No limiar do século XXI surgem as teorias pós-críticas que direcionam suas bases para um currículo no qual se vincula conhecimento, identidade e poder com temas como gênero, raça, etnia, sexualidade, subjetividade, multiculturalismo, entre outros. Ela não toma a realidade tal como ela é, e sim como o que os discursos sobre elas dizem como ela deveria ser. A realidade não pode ser concebida fora dos processos linguísticos de significação.

Desta maneira, a visão pós-crítica distingue o currículo como uma linguagem dotada de significados, imagens, falas, posições discursivas e, nesse contexto, destaca que nas margens do discurso curricular se comunicam códigos distintos, histórias esquecidas, vozes silenciadas que, por vezes, se imiscuem com o estabelecido, regulamentados e autorizados.

Considerações finais

Através do panorama histórico do ensino à luz das perspectivas curriculares, percebe-se que, cada momento histórico existe diferentes condições sociais, econômicas e culturais que determinam a ação pedagógica e o ensino. As transformações sociais provocadas pela democratização do ensino impeliram mudanças significativas no processo ensino-aprendizagem.

Constata-se que, através dos anos e sob as diversas perspectivas curriculares, os conhecimentos viabilizados pelo ensino têm se adaptado às diferentes mudanças e evoluído em seus objetivos. Como resultado dessa sintonia com a realidade contemporânea, contempla-se através de seus atuais objetos de ensino o importante papel do currículo na formação do aluno, preparando-o para ser um cidadão ativo, reflexivo e crítico, ampliando suas competências para atuar nas diferentes esferas da sociedade.

Em suma, embora várias reformas de currículo tenham acontecido ao longo da história, elas nunca se tornaram concepções dominante nas escolas. As proposições críticas e renovadoras, ainda representam experiências isoladas, no contexto educacional, de forma que as escolas normalmente permanecem voltadas para os fundamentos reconhecidos como concepção tradicional de currículo, representante de uma, perspectiva tecnicista. Por isso, é preciso continuar refletindo e questionando sobre questões teórico-práticas no que tange a teoria curricular e não deixar esmorecer os ganhos conseguidos até então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLL, Cesar. Psicologia e Currículo, São Paulo: Ática, 1996.

MOREIRA, A. F. B. (Org.). Currículo: questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.

SILVA. T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1994.

TYLER, Ralph. Princípios Básicos de Currículo e Ensino. Porto Alegre: Globo, 1974.

<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/135/115>